

Gilmar defende proposta para evitar prescrição de pena

O ministro Gilmar Mendes disse ontem que a proposta do presidente do STF, Dias Toffoli, para evitar prescrição de pena é “adequada”. A medida sugerida por Toffoli tem o objetivo de suspender o prazo de prescrição de um crime depois que um réu for condenado em segunda instância. “É uma questão que já está sendo discutida e acho que é adequada, porque é um dos problemas que normalmente ocorrem. Uma das preocupações. Se vocês olharem na minha gestão, nós criamos um grupo que cuidava do processo penal, e que tenta advertir a possibilidade de prescrição”, disse Gilmar Mendes a jornalistas, ao chegar para a sessão da Segunda Turma. *Do Estadão*

Otto diz que futuro de Sérgio Brito será definido após retorno de Rui

RODRIGO DANIEL SILVA
REPÓRTER

Presidente do PSD na Bahia, o senador Otto Alencar disse, ontem, que o futuro do deputado federal Sérgio Brito será definido após o regresso do governador Rui Costa (PT). O petista embarcou na semana passada com a primeira-dama Aline Peixoto a fim de descansar na Europa e deve voltar ainda esta semana ao batente. Brito deixou a Secretaria de Desenvolvimento Urbano (Sedur) e ainda não voltou para a pasta. Segundo Otto, o aliado foi cuidar das emendas na Câmara dos Deputados.

Nos bastidores, o co-

mentário é de que Sérgio Brito não estava muito satisfeito na pasta. De acordo com aliados, o parlamentar não teria tanta liberdade na secretaria e, além disso, teria mais acesso a recursos para atender as bases eleitorais no Congresso do que na Sedur. Por essa razão, o deputado avalia deixar definitivamente o governo de Rui Costa e permanecer em Brasília. O problema é que, com a volta de Sérgio Brito, o suplente de deputado, Paulo Magalhães, ficaria sem cadeira na Câmara. E Otto Alencar tem a intenção de afagar o correligionário com um assento no Legislativo.

Para contemplar o Paulo Magalhães, o PSD pode abrir mão da Sedur. A titularidade ficaria, então,

com o deputado federal Nelson Pelegrino (PT). Pré-candidato a prefeito de Salvador, o petista observa com bons olhos a secretaria porque pode fortalecer sua pretensão de chegar ao Palácio Thomé de Souza em 2020. “Ainda não conversei com ele (Sérgio Brito). Ele pediu a afastamento (da Sedur), mas não conversei com ele. Quando o governador voltar a gente discute. Ele viajou. Esse negócio de nomeação e exoneração é com o governador, mas o Sérgio ficou de me dar uma resposta (se volta para Sedur ou fica na Câmara). Ele vai falar ou hoje ou amanhã”, disse Otto Alencar, em entrevista à Tribuna.

Pelegrino admitiu que foi “sondado” a fim de voltar para o governo Rui. No primeiro

mandato, o deputado do PT foi secretário de Turismo de janeiro de 2015 até julho de 2016. “Houve uma sondagem na perspectiva de resolver o retorno de Paulo Magalhães, mas foi uma sondagem e não foi conclusiva. Na política, tudo tem conversa. Uma solicitação do governador e do senador tem que ser considerada”, disse Pelegrino. Segundo ele, seria uma “coisa positiva” virar titular da Sedur. “A depender da conversa, pode ser uma coisa positiva. Posso trabalhar essa questão do metrô, do VLT...”, afirmou. “Mas a primeira pergunta é: ele (Sérgio Brito) volta ou não volta [para a seudr]? Depois vem as demais perguntas. Ele pediu 45 dias para tratar das emendas e da saúde. O prazo ainda não expirou”, pon-



NOS BASTIDORES, o comentário é de que Sérgio Brito não estava muito satisfeito na pasta e que estaria planejando continuar na Câmara Federal

tuou.

CRISE – Sobre a crise do PSL, o senador Otto Alencar afirmou que a confusão não vai prejudicar as votações no Congresso. A sigla do presidente Jair Bolsonaro está dividida entre bolsonaristas – ala ligada ao chefe do Palácio do Planalto – e bivaristas – grupo próximo ao presidente nacional do partido, Luciano Bivar. “O estado aqui em Brasília dos grupos é de total beligerância. Um agredindo o outro, mas não tem atrapalhado. Não levamos muito a sério. O Congresso

tem que funcionar independente das dificuldades que têm sido impostas pelo Palácio do Planalto”, frisou. Na visão dele, a “prioridade” agora do Legislativo é votar o pacto federativo. “A prioridade é a pauta econômica. É a votação do pacto federativo. Faltam ainda cinco itens para ser votado, como a Lei Kandir e os royalties do pré-sal. Agora, a pauta é essa”, declarou. Perguntado se acredita que vota neste ano, Otto Alencar afirmou que depende do governo do presidente Jair Bolsonaro.

Fernando Guerreiro apresenta Plano de Cultura na Câmara

Foto: Secom Câmara



FERNANDO GUERREIRO diz que a ideia é construir uma “política que atravesse gestões”

DA REDAÇÃO

Elaborar uma política cultural estruturante para o setor é a meta do presidente da Fundação Gregório de Mattos, o ator e diretor teatral Fernando Guerreiro. Ele compareceu à Câmara de Salvador na tarde de ontem, a convite do presidente da Comissão de Cultura, vereador Sílvio Humberto (PSB), para uma reunião ampliada, no Salão Nobre, onde apresentou o Plano Municipal de Cultura e tirou dúvidas dos vereadores. O encontro foi dirigido pelo presidente da Casa, Geraldo Júnior (SD). O projeto, segundo Guerrei-

ro, vem sendo discutido desde o ano passado, incluindo audiências públicas na Câmara. Quando estiver pronto será apresentado ao prefeito ACM Neto e posteriormente enviado ao Legislativo para tramitação. “Nossa intenção é que seja um Plano de Cultura democrático, que atravesse gestões, e não só para essa administração”.

O presidente da FGM fez questão de destacar que a cultura está tendo maior visibilidade na atual gestão, por entender a importância que representa para Salvador. A inauguração da nova sede da Fundação, envolvendo recursos da ordem de R\$11 milhões, por exemplo,

transformou a Praça Castro Alves em um polo aglutinador de eventos, por concentrar diversos espaços culturais. “Vamos mostrar com esse Quarteirão das Artes que é balela essa história de que as pessoas não vêm para o Centro da cidade”. Ele apresentou as quase 30 metas do Plano de Cultura, ressaltando que entre as preocupações está a de inclusão de crianças e adolescentes. Pontuou também questões como acessibilidade em todos os espaços e eventos; formação e qualificação; festas e festividades; economia criativa; valorização de culturas tradicionais e documentação

para resgate da memória cultural da capital baiana.

Guerreiro frisou que o processo de discussão do Plano com a sociedade civil será reforçado pela Câmara durante a tramitação do projeto, com a realização de novas audiências públicas e debates. E se dispôs a comparecer ao legislativo sempre que for preciso para novos esclarecimentos e aprimorar o projeto.

O presidente Geraldo Júnior parabenizou o presidente da FGM pelo cuidado com que está ouvindo a população para a elaboração do Plano de Cultura, e agradeceu por ter aceito o convite da Casa.

Comissão rejeita destaque que estendia gratificação aos militares

LORENNA RODRIGUES
ESTADÃO CONTEÚDO

A Comissão Especial que analisa a reforma da Previdência dos militares rejeitou no período da tarde de ontem um destaque apresentado pelo PSOL que estendia o aumento de gratificação a todos os militares e acabava com a diferenciação por cursos e qualificações. Esse foi o ponto que gerou maior polêmica já que o texto base, aprovado na

semana passada, prevê reajuste de até 73% do adicional de habilitação para militares de altas patentes, como generais, e de 12% para militares de patente mais baixa.

O deputado Glauber Braga (PSOL-RJ) disse que apresentará um requerimento para que o projeto seja votado no plenário da Câmara dos Deputados. A votação na comissão é terminativa, ou seja, o projeto seguirá direto para o Senado a não ser que seja apresentado

um requerimento com 51 assinaturas pedindo a análise em plenário. A rejeição causou comoção entre representantes de associações de praças que acompanharam a votação. A sessão chegou a ser suspensa em meio a muita gritaria. Militares da reserva e mulheres de militares que estavam mais exaltados foram retirados do plenário por seguranças.

Uma das mais revoltadas era a presidente da Associação Bancada Militar de



Minas Gerais, Kelma Costa, que foi candidata a deputada federal por Minas Gerais em 2018 pelo PSL. “Eu fiz campanha por você, presidente Jair Bolsonaro,

A COMISSÃO Especial que analisa a reforma da Previdência dos militares rejeitou, no período da tarde de ontem, um destaque apresentado pelo PSOL

você me conhece, estou decepcionada com o senhor. Estou revoltada com esse projeto que só beneficia generais”. A discussão do projeto também gerou discus-

são entre parlamentares do dividido PSL, contrapondo, mais uma vez, o líder do governo Major Vitor Hugo (GO) e o ex-líder do PSL Delegado Waldir (GO). “Quem será a hiena da Marinha, Exército e Aeronáutica? Vamos aguardar e veremos”, disse Waldir, em referência ao vídeo publicado na conta do Twitter de Jair Bolsonaro na segunda-feira, 28, já apagado, em que hienas representando o PSL, o STF e outros cercavam um leão que representava o presidente.

PONTO DE VISTA Raymundo Pinto

Divergências jurídicas: é mesmo difícil entender

Os leigos em Direito, que são a esmagadora maioria da população, se mostram perplexos com a intensidade das notícias, em todos os veículos de comunicação, sobre intermináveis discussões em torno de temas jurídicos. Nos últimos tempos, o Supremo Tribunal Federal, a mais alta Corte do país, quase não sai das manchetes. Existe quem saiba o nome de alguns ministros e há até os que conseguem citar os nomes de todos os integrantes. É evidente que a chamada Operação Lava-Jato, que envolveu inúmeros políticos e empresários conhecidos, inclusive o popular ex-presidente Lula, atraiu bastante a atenção do povo. Mais do que a tor-

cida para que sejam exemplarmente punidos os corruptos, permanece latente a curiosidade – entre os leigos, insista-se – sobre as incertezas quanto ao cumprimento das leis. Uma lógica elementar deles indica que, estando em vigor um texto legal, basta apenas aplicar na prática o que está escrito. A realidade, entretanto, teima em contrariar essa percepção. Nas linhas seguintes, tentarei, em apertada síntese, oferecer uma explicação razoável a respeito dessas inconsistências.

Desde 2013, a Lei 12.850 criou a “colaboração premiada”, permitindo que um acusado, de livre vontade, se preste a depor sobre os fatos criminosos praticados por ele próprio e por seus comparsas, servindo

as declarações como um meio de prova. Essa inovação ajudou bastante no esclarecimento de delitos e provocou a condenação de vários corruptos. É claro que os advogados deles, sentindo o peso de uma prova assim produzida, procuraram se valer de algum “cochilo” de ordem processual para livrar os clientes ou, ao menos, protelar os feitos. Alegaram, com base nos princípios do contraditório e da ampla defesa, que, no momento das alegações finais, os “delatados” deveriam se pronunciar por último, depois, portanto, do “delator”.

O então juiz Sérgio Moro concedeu o mesmo prazo a todos, mas o STF – Supremo Tribunal Federal, em recente decisão, acolheu o argumento dos que se sentiram prejudicados, anulando parcialmente os processos respectivos a partir do fato alegado. Registre-se que a lei inicialmente mencionada é omissa quanto à ordem de manifestação dos acusados nas alegações finais.

O mesmo STF, na semana passada, reuniu o seu

plenário para decidir a respeito da prisão após condenação em segunda instância. Sete ministros já votaram – quatro a favor e três contra –, devendo o julgamento terminar no dia seis ou sete de novembro, havendo natural curiosidade pelo resultado final, considerado ainda indefinido, calculando-se que o ministro presidente da Corte, Dias Toffoli, dará o voto de desempate.

Qual a razão das discordâncias? Em primeiro lugar, os textos legais nem sempre são muito claros. Daí ser muito comum, nas decisões judiciais, o magistrado utilizar-se de algo que tem elevada importância no seu labor: a interpretação. Nesse trabalho, ele pode optar por uma opinião pessoal ou louvar-se da chamada “jurisprudência”, conjunto de julgamentos dos tribunais de nível superior, que consagra determinada posição interpretativa. Em certas circunstâncias, se há uma súmula ou decisão vinculante, os demais órgãos jurisdicionais terão de obedecer. Também a inter-

pretação pode levar em conta determinados princípios gerais ou constitucionais para contrariar o expresso texto da lei. Existe, ainda, a possibilidade de a discordância surgir em razão de o juiz considerar, no caso que examina, bastante relevante a realidade fática, entendendo que se for seguir, de modo rígido, a redação do dispositivo legal estaria cometendo injustiça. Destaquei esses três motivos de haver interpretações divergentes, mas não esgottei a possível lista.

Nos dois casos expostos acima, pode-se notar que, no primeiro, havendo omissão da lei a respeito da ordem de manifestação nas alegações finais, o STF, ao efetuar a interpretação, optou por fazer prevalecer os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa. No outro julgamento – ainda inconcluso, como visto –, se vier a ser decidido que é ilegal a prisão após decisão em segunda instância, os senhores ministros se posicionaram a favor da prevalência do princípio constitucional inscrito no

inciso LVII do artigo 5º da nossa Carta Magna, que reza: “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória”. Sendo vencedora a corrente contrária, os argumentos básicos – brilhantemente defendidos no voto do ministro Luís Roberto Barroso – se concentraram na realidade gritante dos fatos sociais, em especial no que ocorre nas prisões, abarrotadas de pobres. Eis um trecho: “O Brasil vive uma epidemia de violência e corrupção. É mais bacana defender a liberdade do que mandar prender. Mas eu preciso evitar o próximo estupro, o próximo roubo”.

As divergências de interpretação, de fato, suscitam muitas dúvidas entre os leigos em Direito, que ficam sem entender, porém ela é imprescindível na prestação jurisdicional.

*Raymundo Pinto é desembargador aposentado do TRT, escritor, membro da Academia de Letras Jurídicas da Bahia e da Academia Feirense de Letras. racpinto@uol.com.br.